



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
Execução Judicial Efetiva, Gestão Estratégica e Inovação

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Cláudio Luís Braga dell’Orto Mandato do Diretor: 04/02/2025 a 04/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	Até 04 de novembro de 2026		
DATA E HORÁRIO	De 09 de novembro a 11 de dezembro de 2026 Aulas síncronas: dias 16, 23 ,27 e 30 de novembro, das 17 às 19 horas.		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	A distância	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Programa Nacional de Execução Efetiva: fundamentos e diretrizes; gestão estratégica da execução judicial; pesquisa patrimonial e localização de bens; inteligência artificial e automação na execução; cooperação judiciária aplicada à execução; técnicas de efetividade da execução; execuções envolvendo grandes devedores; alienações judiciais; conciliação na fase executiva; Banco Nacional de Penhoras; gestão por dados e inovação na execução judicial; protesto de decisão judicial, nos termos do art. 517 do Código de Processo Civil.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Processo Civil; Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Tecnologia, IA e Redes Sociais; Democracia 4.0		
JUSTIFICATIVA	A efetividade da execução judicial constitui desafio estratégico para o Poder Judiciário, especialmente diante da persistência de gargalos relacionados à localização patrimonial, à constrição de bens, à alienação judicial, à atuação em face de grandes devedores, à racionalização de rotinas e ao uso de dados e tecnologias para apoiar a tomada de decisão. A Meta 7 das Metas Nacionais e Diretrizes Estratégicas das Corregedorias para		

	2026 estabelece a necessidade de capacitar pelo menos 10% dos magistrados no plano de capacitação previsto no Programa de Execução Efetiva, o que evidencia a relevância institucional do tema. A proposta também dialoga com a Meta 5 das mesmas diretrizes, voltada à redução da taxa de congestionamento na execução, e com a Meta 6, relativa à instituição e funcionamento de Núcleo de Pesquisa Patrimonial, demonstrando que a formação deve contribuir para o aprimoramento da gestão da execução, da pesquisa patrimonial e da adoção de práticas mais efetivas. Do ponto de vista pedagógico, a ação formativa parte de uma situação-problema concreta: a baixa efetividade da execução judicial, expressa em dificuldades de recuperação de créditos, demora na localização de bens, uso limitado de ferramentas tecnológicas, ausência de fluxos integrados de cooperação e subutilização de dados para gestão da unidade judicial. A justificativa, portanto, está alinhada à orientação de que a ação educativa deve partir de problema real de desempenho e demonstrar sua contribuição para o aperfeiçoamento profissional dos magistrados. A capacitação propõe desenvolver competências para que magistradas e magistrados possam diagnosticar gargalos da execução, aplicar técnicas de efetividade, utilizar dados e ferramentas digitais com criticidade, articular cooperação judiciária e adotar medidas executivas adequadas, proporcionais e juridicamente fundamentadas, inclusive o protesto de decisão judicial previsto no art. 517 do Código de Processo Civil.
OBJETIVO GERAL	Ao final do curso magistradas e magistrados serão capazes de aplicar estratégias jurídicas, gerenciais, tecnológicas e cooperativas para ampliar a efetividade da execução judicial, com uso crítico de dados, ferramentas digitais, pesquisa patrimonial, técnicas executivas e mecanismos consensuais, em alinhamento ao Programa Nacional de Execução Efetiva e às Metas Estratégicas das Corregedorias.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)	Ao final do módulo 1, magistradas e magistrados estarão aptos a identificar os fundamentos e diretrizes do Programa Nacional de Execução Efetiva – Provimento nº 223/2026 do C.N.J. Relacionar a Meta 7 das Corregedorias à necessidade de capacitação de magistrados em execução efetiva (Capacitar pelo menos 10% dos magistrados no plano de capacitação previsto no Programa de Execução Efetiva). Analisar gargalos da execução judicial a partir de indicadores, dados e fluxos de trabalho. Reconhecer a gestão estratégica da execução como instrumento de melhoria da prestação jurisdicional. Ao final do módulo 2, magistradas e magistrados estarão aptos a selecionar estratégias adequadas de pesquisa patrimonial de acordo com o caso concreto. Analisar possibilidades de localização de bens e ativos do executado. Aplicar técnicas de efetividade da execução conforme critérios de adequação, utilidade e proporcionalidade. Avaliar o cabimento do protesto de decisão judicial, nos termos do art. 517 do CPC. Ao final do módulo 3, magistradas e magistrados estarão aptos a avaliar estratégias diferenciadas para execuções envolvendo grandes devedores. Propor medidas para maior efetividade das alienações judiciais. Identificar possibilidades de conciliação na fase executiva. Estruturar fluxos de cooperação judiciária aplicados à execução. Articular medidas de atuação em rede para execuções complexas ou repetitivas. Ao final do módulo 4, magistradas e magistrados estarão aptos a avaliar possibilidades e limites do uso de inteligência artificial e automação na execução judicial. Identificar salvaguardas relacionadas à supervisão humana, proteção de dados, transparência e prevenção de vieses. Propor indicadores de acompanhamento da efetividade da execução. Elaborar plano aplicado de intervenção para melhoria da execução judicial.
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	Alberto Republicano de Macedo Jr. CPF: 025.325.387-08 E-mail: albertomacedo@tjrj.jus.br Tel: (21)9960-36518 Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Graduação em Direito. Possui certificação Formação de Formadores e Formação de Tutores.
TUTORIA	Francisco Emilio de Carvalho Posada CPF: 140.461.117-71, E-mail: franciscoposada@tjrj.jus.br e Telefone: (21) 99532-3312 Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Doutor e Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduado em Direito Público e Privado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/1342531925067316

DOCENTES**Alberto Republicano de Macedo Jr.**

CPF: 025.325.387-08 E-mail: albertomacedo@tjrj.jus.br Tel: (21)9960-36518

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Graduação em Direito. Possui certificação Formação de Formadores e Formação de Tutores.

Fabio Ribeiro Porto

CPF: 078.517.537-75 E-mail: fabioporto@tjrj.jus.br Tel. (21)9987-76164

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Doutorando em Direito na Universidade de Lisboa. Mestre em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Graduado em Direito Privado na Universidade Federal Fluminense (UFF). Juiz de Direito e Professor Universitário. Autor de Livro e artigos jurídicos. Professor Palestrante da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Professor da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ESAJ). Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Privado da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro integrante do Grupo de Trabalho sobre provas digitais do Conselho Nacional de Justiça. Membro do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e de propostas voltadas à adequação dos tribunais à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). Membro do Grupo de Trabalho para estudo de soluções relativas ao acesso à Application Programming Interface (API) e outros mecanismos de integração assíncrona, para comunicação
Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7897517948359062>

Francisco Emilio de Carvalho Posada

CPF: 140.461.117-71, E-mail: franciscoposada@tjrj.jus.br e Telefone: (21) 99532-3312
Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Doutor e Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduado em Direito Público e Privado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1342531925067316>

João Sergio dos Santos Soares Pereira

CPF: 079.862.017-03 E-mail: josh.sergio@uol.com.br Telefone: (21)9973-85051

Servidor concursado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Estágio de Pós-Doutoramento na Universidade de Coimbra (Portugal), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB - Capes 7), com ênfase em Direito Processual e Tecnologia. Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público/Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) - Brasília - DF. Especialista em Direito Público e Privado pela EMERJ. Possui certificação de Formação de Tutores.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7043228778749349>

METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	A proposta metodológica será orientada pela problematização, pela aprendizagem significativa e pelo desenvolvimento de competências, partindo de situações reais ou simuladas da execução judicial. As atividades deverão articular teoria e prática, promover análise crítica e favorecer a aplicação dos conhecimentos no contexto profissional dos magistrados. Serão utilizadas metodologias e estratégias como: aula expositiva dialogada, para contextualização normativa e estratégica; estudo de caso, para análise de situações complexas de execução; solução de problemas, para escolha fundamentada de medidas executivas; oficina prática, para construção de plano de melhoria; Fórum de Discussão Formativa, para socialização de experiências e cooperação entre cursistas; atividade final aplicada, com elaboração de produto prático. No mínimo 40% da carga horária será destinada a métodos ativos. Indique os materiais que serão utilizados nas atividades propostas: Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates Ferramentas ativas: Mapa Mental Encontro síncrono
PROGRAMAÇÃO	
AMBIENTAÇÃO Período de: 09 e 10/11	Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador(a) e/ou tutor(a); Programação; Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as).

Módulo 1 Período de: 11 a 17/11 Carga horária: 4 horas	TEMA GERAL DO MÓDULO: FUNDAMENTOS ESTRATÉGICOS DA EXECUÇÃO EFETIVA Encontro síncrono Dia e horário: 16/11, das 17h às 19h Tema: Fundamentos estratégicos da execução efetiva Conteúdo programático: - Programa Nacional de Execução Efetiva: fundamentos e diretrizes Provimento nº 223/2026 do C.N.J. - Metas Nacionais e Diretrizes Estratégicas das Corregedorias, com ênfase na Meta 7. - Redução do congestionamento na execução. - Gestão estratégica da execução judicial. - Gestão por dados e indicadores. - Diagnóstico de gargalos em unidades judiciais com acervo executivo. Docente: Fabio Ribeiro Porto Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula. Exposição dialogada sobre o conteúdo. Análise orientada de cenário ou dados simulados. Atividade diagnóstica aplicada à realidade da unidade judicial. Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão sobre desafios da execução judicial; Mapa mental - mapa de gargalos e indicadores críticos da execução. A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas, nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e da realização da atividade do Mapa mental.
Módulo 2 Período de: 18 a 24/11 Carga horária: 4 horas	TEMA GERAL DO MÓDULO: PESQUISA PATRIMONIAL, LOCALIZAÇÃO DE BENS E MEDIDAS EXECUTIVAS Encontro síncrono Dia e horário: 23/11, das 17h às 19h Tema: Pesquisa patrimonial, localização de bens e medidas executivas Conteúdo programático: - Pesquisa patrimonial e localização de bens. - Fluxos de investigação patrimonial. - Técnicas de efetividade da execução. - Medidas executivas típicas e atípicas. - Protesto decorrente de decisão judicial, conforme art. 517 do Código de Processo Civil. - Critérios de proporcionalidade, utilidade, adequação e segurança jurídica na escolha das medidas executivas. Docente: Alberto Republicano de Macedo Jr. Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula. Exposição dialogada sobre o conteúdo. Estudo de caso com situação-problema. Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão orientada sobre medidas executivas cabíveis; Mapa mental - matriz de pesquisa patrimonial e medidas executivas cabíveis.

	A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas, nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e da realização da atividade do Mapa mental.
Módulo 3 Período de: 25/11 a 29/11 Carga horária: 5 horas	TEMA GERAL DO MÓDULO - EXECUÇÕES COMPLEXAS, GRANDES DEVEDORES, ALIENAÇÃO, CONCILIAÇÃO E COOPERAÇÃO Encontro síncrono Dia e horário: 27/11, das 17h às 19h Tema: Execuções complexas, grandes devedores, alienação, conciliação e cooperação Conteúdo programático: - Conciliação na fase executiva. - Cooperação judiciária aplicada à execução. - Atuação em rede e racionalização de atos executivos. - Fluxos interinstitucionais e tratamento de múltiplas execuções. - Gestão de execuções complexas e repetitivas. Docente: Francisco Emilio de Carvalho Posada Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula. Exposição dialogada sobre o conteúdo. Painel integrado ou discussão em grupos. Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão orientada sobre conciliação, alienação e grandes devedores; Fórum Coletivo - Construção colaborativa de fluxo de cooperação. A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas, nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e da realização da atividade do fórum coletivo.
Módulo 4 Período de: 30/11 a 07/12 Carga horária: 5 horas	TEMA GERAL DO MÓDULO - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, AUTOMAÇÃO, INOVAÇÃO E PLANO DE INTERVENÇÃO Encontro síncrono Dia e horário: 30/11, das 17h às 19h Tema: Inteligência artificial, automação, inovação e plano de intervenção Conteúdo programático: - Inteligência artificial e automação na execução judicial. - Uso responsável de IA no Poder Judiciário. Resolução CNJ n. 615/2025. - Supervisão humana, transparência, auditabilidade e proteção de dados. - Gestão por dados e inovação na execução judicial. - Indicadores de acompanhamento. - Plano de intervenção para execução judicial efetiva. Docente: João Sergio dos Santos Soares Pereira Metodologia da aula: Oficina prática de elaboração de plano de intervenção. Análise crítica de fluxo automatizado ou hipótese de uso de IA. Atividades e Avaliação de aprendizagem:

	Elaboração em grupo de plano de intervenção ou fluxo operacional para execução judicial efetiva. A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) na oficina prática e da realização da atividade final do curso.
Módulo de Avaliação final Período de: 08 a 11/12 Carga horária: 2 horas	Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso Avaliação das Aulas Avaliação de Reação
Bibliografia	Resolução CNJ n. 615/2025 – uso, governança, auditoria, monitoramento e uso responsável de inteligência artificial no Poder Judiciário. Metas Nacionais e Diretrizes Estratégicas das Corregedorias – Meta 7: capacitação de magistrados no plano de capacitação do Programa de Execução Efetiva. Código de Processo Civil, art. 517 – protesto de decisão judicial transitada em julgado após o prazo para pagamento voluntário.
AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)	Aulas síncronas (5 pontos cada) – 20 pontos Fóruns de discussão (10 pontos cada) – 30 pontos Mapa mental (10 pontos cada) – 20 pontos Atividade final – 30 pontos
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas

(conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos(as) alunos(as) e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.

4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.